



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14035 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT06 - Educação Popular

A EDUCAÇÃO DA(S) INFÂNCIA(S) EM TEMPOS DE (Pós) PANDEMIA: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA

Maria Tereza Goudard Tavares - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

Patricia Gonçalves Bastos - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

A EDUCAÇÃO DA(S) INFÂNCIA(S) EM TEMPOS DE (Pós) PANDEMIA: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA

RESUMO

O presente artigo é resultante de uma dissertação defendida no bojo de um conjunto de pesquisas que vimos realizando no âmbito de um projeto mais amplo, que objetiva investigar componentes territoriais de processos educativos de crianças na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), mais especificamente na cidade de Niterói, bem como a produção de condições de educabilidade (FREIRE, 2002) de crianças de classes populares urbanas em redes educacionais da região investigada. Nessa perspectiva, a temática da infância e cidade vem sendo estudada por nós em diálogo com a teoria dos campos de Bourdieu (2007), nos convocando a pensar intercessões com os Estudos Sociais da Infância e o campo da Educação Popular (TAVARES, 2019). Nosso objetivo é buscar elementos que provoquem deslocamentos no campo conceitual, político e pedagógico da Educação Infantil, problematizando o caráter majoritariamente *escolar* da educação de infâncias em periferias urbanas, investigando componentes territoriais atravessam seus processos educativos, objetivando o reconhecimento de tensões e dos conflitos presentes na entrada e permanência de crianças de classes populares na Educação Infantil pública.

Palavras-Chave: Infâncias. Direito à cidade. Processos educativos. Periferias urbanas.

1- INTRODUÇÃO

Em diálogo como título de nosso trabalho, vimos nos interrogando sobre as relações das crianças pequenas com os espaços da cidade em tempos de (pós) pandemia do novo coronavírus. Em tempos de tantas incertezas, em face dos impactos causados pela Covid-19, vimos convivendo com o luto e a tristeza diante do número de óbitos e sequelas ainda desconhecidas pela exposição ao vírus. Além disso, o retorno às escolas ocorreu ainda sem vacinação para a grande maioria de crianças pequenas da Educação Infantil em Niterói, cidade na qual trabalhamos e pesquisamos infâncias que vivem em periferias urbanas. Nessa perspectiva, vimos nos perguntando: o que aprendemos sobre e com a pandemia? Essa questão, entre outras tantas, tem nos oportunizado investigar a problemática da infância e a cidade em concordância com Bourdieu (2007), principalmente quando problematizamos questões vinculadas aos estudos da infância em diálogo com a Educação Popular (TAVARES, 2019), fundamentadas na necessária intercessão desses campos.

Para tanto, intencionamos colocar em diálogo como vêm se dando as atuais condições de vida de crianças pequenas oriundas de classes populares de uma Unidade Municipal de Educação (UMEI) de Niterói. Crianças que vivem na periferia da RMRJ e que nos desafiam a pensar práticas favoráveis à educação e ao cuidado cotidiano nesses tempos (pós) pandêmicos.

No Brasil, os dados do Ministério da Educação (MEC) relativos a março de 2022 indicam o retorno das atividades presenciais em todas as redes escolares, tanto públicas quanto privadas, nos 26 estados e no Distrito Federal. E, segundo dados do Censo Escolar de 2019, seriam quase 9 milhões de crianças matriculadas na Educação Infantil (creches e pré-escolas) nas redes públicas e privadas em todo o país (INEP, 2019), ou seja, um enorme contingente de crianças de 0 a 5 anos de idade afetadas diretamente pelo cenário descrito.

Em linhas gerais, o cotidiano vivenciado por muitas famílias e crianças das periferias metropolitanas fluminenses colocou em xeque a aplicação das determinações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das próprias secretarias de saúde locais, em face da pandemia da Covid-19. Dados organizados pela ONG “Casa Fluminense”, a partir do Censo de 2010 (IBGE), nos apontam que cerca de 300 mil casas na RMRJ apresentam mais de 3 pessoas por cômodo. E que, em termos de moradia, a RMRJ concentra o maior número de adensamento populacional do país. Além disso, há pouco mais de 2 anos, o Estado do Rio de Janeiro sofreu uma gravíssima crise hídrica de abastecimento e qualidade da distribuição de água, piorando substancialmente os índices de saneamento básico, especialmente nas favelas e bairros das periferias urbanas (MACEDO; PESSANHA; TAVARES, 2021).

Outro aspecto marcante dos desafios das famílias das classes populares, fortemente agravado com a pandemia da Covid-19, foi a situação de mulheres, mães, trabalhadoras e chefes de famílias, as quais se encontram mais vulneráveis e expostas às situações de desigualdade social e econômica. Isso revela o agravante do recorte de gênero, que é altamente atingido por essas desigualdades, cuja concentração de mulheres chefe de famílias encontra-se em favelas das periferias que fazem parte da região metropolitana fluminense.

Talvez, neste momento em que milhares de famílias, crianças e professoras(es) retornaram à vida pós-pandemia, cabem as perguntas: e as crianças das favelas e periferias urbanas de Niterói, foi possível garantir-lhes protocolos sanitários de proteção e de prevenção ao vírus? Qual a importância das creches e pré-escolas para as crianças pequenas, familiares e profissionais que atuam na Educação Infantil? Ou, ainda: que sentidos são construídos, por familiares de crianças das classes populares, a partir da garantia do direito à Educação Infantil aos seus filhos pequenos, conforme já nos alertavam Pessanha, Macedo e Tavares (2021), em seus estudos sobre a educação das infâncias em municípios do Leste Fluminense durante a pandemia da Covid-19?

As questões acima elencadas tangenciaram os movimentos teóricos e metodológicos da pesquisa, cuja premissa implicou em escutar e documentar os modos pelos quais as instituições educativas voltadas à pequena infância organizaram o seu trabalho cotidiano. Destacamos também, o trabalho de escuta de crianças, familiares e professoras, que se constituíram como um dispositivo político e epistêmico fundamental para pensar processos educativos a contrapelo, se nutrindo da *dúvida como método* (GARCIA, 2009), num momento histórico tão crucial como o da (pós)pandemia da Covid-19.

1.1 IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM NITERÓI: IMPACTOS NO TERRITÓRIO

Sabemos que as desigualdades sociais e espaciais não foram inauguradas com a pandemia da Covid-19, no entanto, vimos aprendendo com a “cruel pedagogia do vírus” (SANTOS, 2020) que as classes populares brasileiras, em especial a população negra e favelada, têm sido as mais expostas não só ao vírus, mas à violação dos direitos, a partir da lógica capitalista de exploração e produção de mais valia em detrimento da preservação da vida. Segundo Milton Santos (1996), os homens e mulheres das classes populares vivem em condições de exploração e de dominação no capitalismo de diferentes formas, mas buscam resistir a essas diferentes tentativas de dominação e de opressão. Para Santos, é sobretudo no *território usado*, no território praticado que o *homem lento* cria condições de apropriação e compartilhamento da vida social mais ampla (SANTOS, 1996). Assim, compreendemos que, n o *território usado*, homens, mulheres, crianças e jovens produzem táticas e estratégias (CERTEAU, 1994) direcionadas ao combate das opressões capitalistas, através de uma multiplicidade de formas de apropriação de seus territórios de vida cotidiana.

A região do complexo de favelas do Viradouro concentra entre 8,6% e 13% da

população niteroiense, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010. As favelas deste Complexo se concentram em três principais bairros: Santa Rosa, Viradouro e Vital Brasil. A UMEI está em ponto territorial próximo de algumas favelas deste Complexo. Com relação aos componentes territoriais e políticos de localização da UMEI, cumpre darmos destaque, também, à questão da violência urbana que impactou a vida de moradoras e moradores do Complexo do Viradouro, desde o início do período de pandemia do novo coronavírus. As operações policiais foram recorrentes no período pandêmico e principalmente no ano de 2020, quando iniciou a pandemia no Brasil. Lembramo-nos de agosto de 2020, quando houve uma grande operação policial no complexo de favelas do Viradouro. E as(os) moradoras(es) enfrentaram a truculência da polícia militar, que ocupou as favelas em uma operação que não tinha prazo para findar, ferindo os direitos das(os) moradoras(es), que tiveram as suas moradias invadidas e reviradas pelos militares, tendo seus corpos revistados e suas liberdades colocadas em suspeição.

Uma análise feita pela Casa Fluminense (2022), com dados do Instituto de Segurança Pública para a construção do Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, aponta que, no ano de 2019, no município de Niterói, das mortes ocasionadas pela polícia, 88% eram pessoas negras, o que torna fundamental discutir a necropolítica (MBEMBE, 2018) na cidade de Niterói, com ênfase no Complexo do Viradouro. O filósofo camaronês Achille Mbembe cunhou o conceito de necropolítica (2018) para apontar e problematizar a prática política e social que determina a quem deve ser garantida a vida e a quem deve ser garantida a morte, em uma lógica *do fazer morrer e deixar viver*, produzida pela estrutura colonial da sociedade, e que está diretamente associada ao racismo estrutural presente em nossa estrutura societária.

PARA (NÃO) CONCLUIR: por que matricular as crianças na cidade?

Buscamos, neste texto, pensar sobre relações que crianças pequenas e profissionais de uma UMEI de Niterói/RJ estabeleceram com os espaços da cidade durante a pandemia da Covid-19. Como perspectiva conceitual e analítica, recorreremos às contribuições de Milton Santos (1996), cujo trabalho político-epistêmico e político-metodológico toma a perspectiva do lugar como espaço por onde se engendram ações e diferentes relações de força que dinamizam e produzem dinâmicas sociais no território usado. Em sua formulação teórica sobre a epistemologia existencial, Santos (1996) nos instiga a realizar o exercício de estudar o que cada lugar tem de singular, de específico, de diferente e original, para compreendermos como os sujeitos agem e produzem modos de vida, relações e práticas sociais, dentre as quais o direito à educação na cidade.

Os dados elencados na introdução e no corpo do artigo evidenciam que o crescimento das desigualdades e da vulnerabilidade social já era recorrente nas favelas e em periferias urbanas de Niterói/RJ. São inúmeras famílias pauperizadas pelo aumento do desemprego,

queda da renda, insegurança alimentar e muito temor da infecção pelo coronavírus e da letalidade do vírus. Grande parte dessas famílias são *matrifocais*, isto é, famílias chefiadas por mulheres, não diferindo dos dados nacionais, que apontam que cerca de 50% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres (IBGE, 2020).

Por outro lado, os impactos da Covid-19 na vida dessas famílias, sobretudo pelo longo período de isolamento social, agravado pelo fechamento das creches e pré-escolas, trouxeram, dentre outras vulnerabilidades, a falta de espaços e lugares estruturados para as crianças pequenas. Com efeito, é fundamental ressaltar que, na sociedade em que estamos inseridos, as crianças das classes populares circulam na casa de avós, madrinhas, parentes e na própria vizinhança, sobretudo crianças das favelas do Complexo do Viradouro, que possuem maior autonomia para praticar os espaços das favelas nas quais vivem. Com o novo coronavírus e a necessidade de se permanecer em casa, esses territórios de acolhimento se tornaram muitas vezes interditados, proibidos, ampliando a vulnerabilidade social, tornando as vidas das crianças da UMEI mais desprotegidas, mais vulneráveis às “adversidades do território”.

O breve cenário apresentado, com recorte nas crianças e famílias de territórios de favelas distintas de Niterói, ainda que com muitas variáveis a serem investigadas, nos fornece elementos vigorosos para colocar em diálogo as condições nas quais essas famílias e crianças vivenciaram os dois anos da crise provocada pela Covid-19. Esse contexto é trazido como pano de fundo para o debate proposto sobre as relações que crianças pequenas constroem em seus territórios físicos e existenciais, nos quais a UMEI possui uma dimensão educativa fundamental, principalmente porque as crianças manifestam gostar de estar nela, se sentem protegidas e felizes em meio a outras crianças e profissionais da UMEI.

Neste esforço de elaboração de uma síntese, mesmo que inconclusiva, insistimos que não basta ao Estado promover e expandir as matrículas das crianças pequenas às escolas da infância. Torna-se fundamental garantir, produzir e inspirar políticas públicas que possam garantir o acesso e os diferentes modos de uso das crianças pequenas e suas famílias ao território, tornando-o um *território usado*, como nos ensina Milton Santos (1996), garantindo seu direito à cidade. Urge matricular as crianças pequenas também na cidade, uma cidade na qual as práticas e experiências espaciais das crianças possam torná-la mais acolhedora e democrática para todas e todos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos da Educação**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p.81-126.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Queda de operações sem alta de crimes ressuscita críticas a modelo de segurança do Rio.** Rio de Janeiro, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/queda-de-operacoes-sem-alta-de-crimes-ressuscita-criticas-a-modelo-de-seguranca-do-rio.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, R.L. (org.). **A Formação da Professora Alfabetizadora:** Reflexões sobre a Prática. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>. Acesso em: 22 nov. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Anísio Teixeira. **Censo Escolar.** Disponível em <https://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MACEDO, N.A.; PESSANHA, F.N.; TAVARES, M.T.G. Impactos da Pandemia de Covid-19 na Educação Infantil de São Gonçalo/RJ. Dossiê Especial: Educação Infantil em tempos de Pandemia. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v.23, n.23, N. especial, p.77-100, jan.2021. ISSN: 1980-4512.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Portugal: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Pensando a formação de professores das infâncias a contrapelo: desafios contemporâneos da formação de docentes em periferias urbanas. In: MARTINS, D.A.A.; CARRIJ, M.C.B.; ROLIM, C. L.A. (orgs.). **Singularidades e resistências na Formação de Professores**: novos e velhos enfrentamentos. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.